

ARTIGO

CONTRARREVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA HISTÓRIA RECENTE DA VENEZUELA

Resumo

Este artigo lança luz sobre sucessivas tentativas de golpes contra Chávez, entre 2001 e 2003, todas derrotadas pelo movimento operário venezuelano. Destacam-se o golpe de 11 de abril de 2002, o *lockout* petrolífero de dezembro do mesmo ano e a reação dos trabalhadores a partir da refinaria de Puerto La Cruz, onde se estabeleceu o controle operário da produção. O objetivo aqui é, por um lado, resgatar a consciência histórica desse movimento, que protagonizou o maior feito de caráter revolucionário do século XXI; por outro, elucidar o papel de Chávez e do movimento bolivariano na contrarrevolução.

Palavras-Chave: Movimento popular e operário; ascensão chavista; contrarrevolução.

Abstract

This article sheds light on successive coup attempts against Chávez between 2001 and 2003, all of which were defeated by the Venezuelan workers' movement. Among them, the most prominent are the coup on April 11, 2002, the oil lockout in December in the same year, and the reaction of workers from the Puerto La Cruz refinery, where workers' control of production was established. The goal here is, on the one hand, to rescue the historical awareness of this movement, which led to the greatest revolutionary act of the 21st century; on the other, to elucidate the role of Chávez and the Bolivarian movement in the counter-revolution.

Keywords: Popular and workers' movement; Chavism ascension; counter-revolution.

1 Professor Associado I da Universidade Federal de Goiás.

2 Mestre em História Social pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

1 - Das ditaduras sucessivas ao Caracazo

Durante a primeira metade do século XX, a Venezuela viveu sob ditaduras sucessivas. De 1899 a 1945, tem-se ditaduras bonapartistas, conhecidas ainda como hegemonia tachirense, devido ao fato de todos os generais que comandaram o país nesse período serem do estado de Táchira. De 1899 a 1908, o país foi governado pelo general Cipriano Castro, seguido pelo governo de seu vice, Juan Vicente Gómez, de quem sofrera um golpe. Este governou vitaliciamente de 1908 a 1935 (ALCÁNTARA, 2004). Posteriormente, mais dois generais assumem a presidência: General José Eleazar López Contreras, de 1935 a 1941, que derrotou a heroica greve petroleira de 1936, e o General Isaías Medina Angarita, de 1941 a 1945.

Em 1946, dá-se a primeira eleição direta para Constituinte. Aprovada a Constituição de 1947, define-se as eleições democráticas, com voto direto, secreto e universal. Em 1948, tem-se novo golpe, agora, exclusivamente, militar, capitaneado por Marcos Pérez Jiménez. Este governo criminaliza os partidos oponentes, mesmo os burgueses, e instaura uma ditadura das mais sanguinárias, principalmente, vitimando trabalhadores. Esse novo ciclo de hegemonia política da Forças Armadas se estende até 1958, quando se inicia o evento histórico conhecido como Acordo de *Punto Fijo* (DAMASCENO, 2015).

Com a ascensão significativa protagonizada por operários, camponeses, classe média e oposição de setores burgueses descontentes, Jiménez fica sem sustentabilidade e cai, em 1958. Nisso, a ditadura é sucedida pelo Acordo de *Punto Fijo*. Desse acordo participaram três partidos burgueses: Ação Democrática – AD; Partido Social Cristão – COPEI; União Republicana Democrática – URD. Tal compromisso estabelecia que haveria alternância no cargo de presidente governo entre esses partidos. Assim, não haveria mais golpes, respeitando-se os resultados eleitorais, sendo certo que aos demais integrantes do pacto, que não eleitos, distribuir-se-ia ministérios. Logo após o acordo, o partido URD o abandonou, o que não inviabilizou o pacto, que continuou com AD e COPEI. Esses dois partidos governaram o país por quase 40 anos sem nenhum golpe militar. O primeiro presidente eleito sob esse regime foi Rômulo Betancourt, antiga liderança estudantil.

Estabeleceu-se ainda nesse acordo que a política econômica do país seria o petróleo, definindo-se o papel da burguesia nacional como sócia do capital internacional e das multinacionais. Embora sócia menor, isso foi suficiente para conformar essa burguesia, a quem também caberia a execução das políticas delineadas pelos sócios majoritários. Com isso, não se desenvolveu a indústria no país, ou se

desenvolveu um setor muito rudimentar, como moinho de farinha, bebidas, extração de sal entre outras indústrias de baixa tecnologia. Excepcionalmente, *a posteriori*, desenvolveu-se a indústria de base de ferro e alumínio.

Isso é central para se entender o grau de dependência e crise do país hodiernamente. Esse modelo *rentista* é marcado pela alta concentração de renda (HERNÁNDEZ, 2006). Ademais, tê-lo como prioridade inibiu a dinamização da economia e tornou a Venezuela refém do mercado e das grandes potências.

Nesse contexto, para piorar a situação, o movimento operário, disputado pelo Partido Comunista Venezuelano – PCV, que já atuava há muito, em grande medida, na clandestinidade, tornou-se poderosa força burocrática, um freio para os trabalhadores, inibindo mudanças efetivas na condição de trabalho e vida destes. Com isso, não se deu direção de luta independente da classe operária do país; os petroleiros, categoria de peso, por exemplo, compunham a Central de Trabalhadores Venezuelanos – CTV, que estava nas mãos das burocracias dos partidos AD e COPEI.

Como se vê, *Punto Fijo* foi um acordo que trouxe estabilidade política interburguesa, sem a necessidade de ditadura militar. Isso é uma peculiaridade da Venezuela, tendo em vista que a maioria dos países da América Latina, nos anos de 1960 e 70, enfrentavam terríveis ditaduras. Entretanto, o pacto dava continuidade à subjugação dos trabalhadores e pobres; implementava as políticas do FMI, que drenavam toda a riqueza e impunham à Venezuela modelo de desenvolvimento altamente dependente e parasitário.

Esta dura realidade: alta inflação, que corroía salários; o esvaziamento de prateleiras nos supermercados – comerciantes, para obter mais lucro, escondiam suas mercadorias e aguardavam a subida de preços para disponibilizarem-nas novamente –; alto preço das passagens de transporte público; falta de serviços públicos, como escolas e acesso a hospitais; desmandos das polícias e Forças Armadas, que esfolavam ainda a população, desapareciam com os rebeldes; tudo isso levou a população a explodir em enormes manifestações, ações de rebeldia, enfrentamentos com os destacamentos militares armados, saques a supermercados e a lojas do país, bem como à ocupação e à depredação de instituições do regime. Esse evento histórico ficou conhecido como *Caracazo*.

O *Caracazo* foi um movimento popular espontâneo, que iniciou nos arredores de Caracas, capital do país, dia 27 fevereiro de 1989, e estendeu-se por cerca de uma semana. O estopim foi o anúncio que, a partir daquele dia, uma segunda-feira, os ônibus dobrariam o preço da passagem, sob a justificativa que a gasolina

havia também subido – em verdade, tudo havia subido, menos o poder aquisitivo dos trabalhadores. Na madrugada desse dia, em Guarenas, cidade-dormitório de Caracas, trabalhadores e estudantes que se dirigiam à capital, itinerário cotidiano, não aceitaram pagar as passagens majoradas e iniciaram uma revolta nos locais de transportes e terminais. No terminal de transporte de Caracas, também se dá início à pequena manifestação estudantil. Populares, sabendo desses acontecimentos, aderem ao protesto e iniciam o quebra-quebra na capital, dando corpo ao efeito dominó: o movimento atingiu todo país. De norte a sul, leste a oeste, a população começou a quebrar e saquear os supermercados e estabelecimentos comerciais em geral. Era gente correndo com lata de óleo, farinha, arroz, peças inteiras de carnes, eletrodomésticos, móveis, etc.

A polícia militar reprimia com violência, executava sumariamente os saqueadores. Isso, em vez de intimidar, colocou mais lenha na fogueira, e a população passou a enfrentar também os militares. O presidente do país, Carlos Andrés Pérez, do *Pacto do Punto Fijo*, estava em Barquisimeto, cerca de 360 quilômetros de Caracas. Quando regressou, já na noite do dia 27, percebeu, desde o avião, a capital literalmente em chamas e muita fumaça. Só aí teve a real dimensão dos fatos e ordenou que o exército assumisse o controle e reprimisse ainda mais duramente o movimento. Depois disso, o que se viu foi banho de sangue: a polícia e, principalmente, o exército dispararam 3 milhões de projéteis; mataram nada menos que 2 mil pessoas, em uma população de pouco mais de 20 milhões (COLMENAREZ, 1989).

Esse episódio quebrou o pouco que restava de ilusões com as instituições do Estado burguês venezuelano; embora a população tenha sido derrotada militarmente, os partidos AD e COPEI, principais partidos burgueses do país, perderam suas bases sociais. O *Pacto do Punto Fijo* havia vindo abaixo: o país viveu ainda dez anos sem definições, mas nada seria como antes na Venezuela.

2 - A chegada de Chávez ao poder

É neste contexto de repulsa ao velho que o novo se apresenta; o novo, nesse contexto, seria qualquer movimento político que expressasse ruptura com o que estava posto, que não fosse identificado com os quadros e as propostas políticas dos partidos AD e COPEI; que apresentasse propostas efetivas para a falta de moradia, emprego, violência, baixo poder aquisitivo do salário, etc.

O primeiro movimento político que trouxe esperança nesses termos à população foi o *La Causa Radical* – LCR, liderado por Andrés Velásquez. Essa organização

sindical obtém significativo apoio operário e popular quando da sua eleição, em 1979, para presidência do *Sindicato Unico de Trabajadores de la Industria Siderurgica y Similares* – SUTISS, na cidade de Guayana. Junto a outras direções, como Pablo Medina, Jose Lira e Lucas Matheus, consegue expandir o movimento popular na zona de Catia Mayor, região de Caracas muito populosa. Com isso, o LCR começa a ser visto como a nova direção política para o país, e Andrés Velásquez é eleito governador do estado de Bolívar em 1989.

Em 1993, Velásquez disputa a presidência da república contra Rafael Caldera, antigo político venezuelano. Este, percebendo o desgaste dos partidos AD e COPEI, fundara uma agremiação política chamada *Convergencia Democratica* para disputar as eleições presidenciais e se apresentar também como algo novo. No entanto, será Caldera beneficiado com fraude eleitoral (MAYA, 2005), que visou desvirtuar a vitória de Andrés Velásquez. Este perdeu uma oportunidade histórica ao não lutar consequentemente pelo poder, como o fará Chávez em 1998; Velásquez aceita o golpe, o que esmorece o apoio popular e operário que tinha até então.

Como não há vácuo no poder, o movimento denominado *Bolivariano*, e, posteriormente, *Movimiento V (quinta) República* – MVR, encabeçado pelo coronel Hugo Chávez, canaliza para si o sentimento de mudanças do país. Essa mudança distorcida é tentada primeiro em 1992, quando o coronel tenta um golpe e, sem sucesso, vai preso. Entre idas e vindas, em dezembro de 1998, com organização política fora dos tradicionais partidos, disputa as eleições do país e ganha. No entanto, como a democracia só é válida quando se está ganhando, os partidos tradicionais e a elite do país não lhe permitiam tomar posse. Assim como ocorrera com Velásquez, os políticos tradicionais já tinham manobrado os resultados, e, embora patente fraude, o Tribunal Eleitoral não queria reconhecer a vitória de Chávez nas urnas.

Nesse período, o país já vivia cenário de intensa luta de classes; a própria vitória de Chávez já era efeito do descontentamento popular. Após muita resistência, Chávez assume em 1999, depois de uma série de vai-e-vens e o perigo iminente de uma convulsão social, caso ele incitasse mobilização no país, o que estava disposto a fazer.

Devido ao enfrentamento circunstancial a esse grupo político, que há anos dominava a política na Venezuela, isso será determinante para a popularidade do presidente. Diante dos desdobramentos inimagináveis para o fenômeno chavista/bolivariano, a partir de então, é possível conjecturar que se, em 1993, Velásquez tivesse feito o que fez o MVR e assumido, implementado algumas medidas que a população desejava, o chavismo teria passado ao largo da história, ou, no máximo,

seria coadjuvante. Isso porque as determinantes sociais estavam postas, vindo esses grupos tão somente a canalizar, e em grande medida desviar, a força política popular e operária arraigada. Assim, em certo sentido, Chávez contou com um pouco de sorte e sua determinação atraiu outros setores, que passaram a identificá-lo como o homem forte que o país necessitava.

Chávez, após assumir, fica até 2001 entre negociações e disputas com a burguesia tradicional; esta, mesmo o tendo repudiado, como visto, exige segurança para seus negócios nos moldes dos 40 anos anteriores; ela ainda não percebera a mudança na correlação de forças entre as classes desde o pós-*Caracazo*.

Isso causa um embaraço à Chávez, pois tinha ele consciência de que fora posto ali, a contragosto da burguesia, pelos trabalhadores e pobres. Assim, sabia que, se fizesse do modo como se exigia, a mesma massa que o havia colocado no poder o derrubaria. No entanto, ele fez muitos esforços para se unificar com a elite venezuelana, tentou acordos até com os banqueiros, mas não obteve êxito naquele momento. Diante da queda de braços, a burguesia chega à conclusão que o melhor seria retirar Chávez do poder. O evento que se desenrola nesse período é pouco mostrado na literatura: em dezembro de 2001, a burguesia faz o primeiro ensaio de derrubada do presidente, contudo, não tem sucesso. No entanto, Chávez comete um erro que lhe custará mais adiante: ele não faz nenhuma represália aos broto-golpistas, que voltarão com toda força em abril de 2002 (DAMASCENO, 2015).

3 - Golpe de abril de 2002 e a resposta popular

Em 11 de abril de 2002, com as forças burguesas muito mais consolidadas, dá-se o golpe civil-militar com a prisão de Chávez na ilha de Orchila. Para isso, juntaram-se a central sindical patronal *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* – Fedecámara, dirigida por Pedro Francisco Carmona Estanga; a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* – CTV, principal central sindical operária do país, totalmente burocratizada, dirigida por Carlos Ortega; a Igreja Católica com o Bispo Luis Carlos Ugalde; a CIA, por intermédio da Embaixada dos EUA na Venezuela; os principais meios de comunicação, como a Globovisión; e os principais comandantes militares da Venezuela.

O pretexto para o golpe foi os cerca de 19 assassinatos de manifestantes na *Marcha por la Libertad*, que era conduzida pela direita. No entanto, foram os próprios golpistas quem contrataram mercenários franco-atiradores – infiltrados em prédios aos arredores do Palácio Miraflores, onde se concentrava a marcha – que mataram os

manifestantes. Os meios de comunicação, usando montagens das cenas do conflito, noticiavam que eram os chavistas, a partir da ponte de Laguno, que atacavam a manifestação pacífica chamada pela oposição e causaram toda aquela matança.¹ Com isso, justificou-se a ação posterior dos militares golpistas e da polícia de Caracas; Chávez, com toda essa pressão, concordou em ser removido do palácio e ser feito prisioneiro. Com a derrubada dele, Pedro Carmona assume, lançando imediatamente um Decreto presidencial, que retirava todas as garantias civis e fechava a Câmara dos Deputados.

O que os golpistas não esperavam é que a população já estaria calejada dessas trapaças e disposta a enfrentar o golpe com a bravura que faltou a Chávez. Isso é um marco na história da América Latina, onde a hegemonia política internacional já era *expert* em se utilizar mesmo dos partidos comunistas para conter as situações revolucionárias que ganhavam corpo.

As populações das favelas de Caracas, como Petare e Catia Mayor e bairro 23 de Enero, desceram de seus morros, trancaram as avenidas, enfrentavam-se com os corpos policiais. Os movimentos populares, círculos bolivarianos, entre outros, partiam em arremetidas contra as polícias e as tropas golpistas. Militares rasos e oficiais de baixa patente roubavam as armas dos quartéis e se juntavam aos populares; a massa resistia heroicamente. Enquanto isso, o primeiro escalão do governo Chávez partia em debandada. O próprio Nicolas Maduro, que à época era deputado, fazia apelo de “não resistir para preservar o ‘movimento’”. Por outra banda, muitos militares e políticos do primeiro escalão passaram para o lado golpista, como o caso do governador do estado de Bolívar Francisco Rangel Gomez, que apoiou a posse de Carmona. Fato curioso, que muito revela sobre as relações de Chávez, é que, depois do movimento de massas derrubar Carmona, Rangel se reconcilia com Chávez e é perdoado.

A situação foi tomando tal proporção que, dia 13 de abril, no momento em que se daria a posse dos novos ministros pelo novo governo de Pedro Carmona, o tiroteio aos arredores de Miraflores era tão intenso que muitos convidados não conseguiram chegar à posse (COLMENAREZ, 2008). O quadro era que as forças golpistas não estavam conseguindo manter a área do palácio protegida; as massas, com duras escaramuças, iam se aproximando, quadra a quadra, prédio a prédio até chegarem às portas do palácio de Miraflores: era uma multidão chamando Chávez a retornar ao poder.

¹ Vide documentário *La revolución no será televisada*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

No interior do país, a resistência também ia crescendo; em Ciudad Guayana, polo siderúrgico do país, os trabalhadores se mobilizavam, tomaram as armas das guarnições que lá existiam e, em suas assembleias de 5 mil operários, preparavam-se para enviar um destacamento armado de operários à capital para lutar, de armas em punho, pelo retorno do presidente. Outras unidades militares se rebelaram; a mais conhecida foi a do comandante Baduel, em Maracay, onde uma multidão de cerca de 50 mil pessoas cercou o quartel, principal região militar do país. Neste episódio, os manifestantes exigiram que o comandante fosse resistir ao golpe ou entregasse imediatamente as armas à população, que iria, ela própria, se fosse o caso, acertar as contas com os golpistas em Caracas.

O país estava em fogo; aquele fogo que forja as mudanças e derrota os algozes da classe explorada; a própria dita “Revolução Bolivariana” estava correndo o risco de ficar para trás, e outro movimento, espontâneo, efetivamente disposto a implementar as mudanças estava germinando naquelas poucas horas; mais uma vez a rebeldia popular e operária fazia história naquele país.

Diante desse peso inesperado de resistência popular e operária, não restou aos golpistas outra opção a não ser recuar e aceitar o regresso de Chávez, sob o risco de enfrentar diretamente outro movimento mais duro ainda, que não desse espaço a negociações – essa foi a grande missão de Chávez. Nessa conjuntura, Pedro Carmona foge do Palácio Miraflores por uma saída secundária e o palácio é ocupado pelos membros mais abnegados da resistência. São presos os aliados de Carmona que estavam naquele momento para tomar posse de seus respectivos cargos. Assim, o golpe civil-militar não durou 48 horas e Chávez é reconduzido ao cargo de Presidente do país ovacionado pela população em fúria.

4 - O lockout petrolero

Com a volta de Chávez ao governo, as manifestações populares não cessaram; a população pedia a cabeça dos golpistas. Assim, exigia-se um julgamento efetivo contra os militares e civis que organizaram o golpe. Porém, na deliberação de reconciliar com os golpistas e, claro, com o setor da burguesia patrocinadora deste evento, Chávez fez de tudo para não condenar os mesmos; um a um (os almirantes Héctor Ramirez, Daniel Comiso e Carlos Molina; o general Pedro Pereira e o coronel Isidro Pérez), todos vão sendo absolvidos pelos seus crimes, mesmo comprovada a matança. O próprio Pedro Carmona é um caso emblemático: em julgamento absurdo, é-lhe determinada prisão domiciliar; um mês após o golpe, fazendo sua caminhada

matinal, consegue “despistar” os agentes de segurança e foge para embaixada da Colômbia. De lá, recebe salvo conduto de Chávez e sai da Venezuela.

Como se não bastasse a impunidade dos algozes, Chávez reprime duramente a população, que explodia em manifestações nas ruas, também cobrando justiça; afinal, não se tratava apenas de confabuladores que derrubaram o presidente eleito, mas dos assassinos de centenas de pessoas. Toda aquela sangria ficou impune, e, mais uma vez, o próprio Chávez deu novo fôlego aos golpistas.

Diante da abstenção em julgar os golpistas, estes recompõem suas forças e vão tentar outra vez derrubar Chávez, em dezembro de 2002, naquilo que ficou conhecido como *Paro Petrolero* ou *lockout*. Agora a *Petroleo da Venezuela S.A.* – PDVSA – é o centro da confabulação e não diretamente as Forças Armadas.

O plano foi elaborado com o objetivo de asfixiar a economia, por meio da interrupção da produção do petróleo, principal fonte econômica do país. A velha direção da PDVSA era composta por engenheiros e espertos do petróleo que possuíam seus vínculos com os antigos dirigentes dos partidos AD e COPEI. Para interromper a extração, circulação, e refino do petróleo, a alta gerência colocou a produção em alta durante os meses que antecederam dezembro, conseguindo encher todos os reservatórios de petróleo cru e de produtos industrializados, como o óleo diesel e a gasolina, o que entre outros aspectos, afastava a desconfiança do *paro*.

Feito isso, de uma hora para outra, abandonaram seus postos de trabalho, depois de sabotarem, desligarem equipamentos e máquinas. Também sumiram com os códigos necessários para o funcionamento eletrônico da empresa e mandaram seus subordinados voltarem para casa. A chave era a completa automação da PDVSA, controlada pelos golpistas; eles fiaram no monopólio do controle tecnológico que detinham. Para fazer a prospecção do petróleo *in natura*, os tanques devem ter capacidade de receber o petróleo cru, mas, naquele momento, estavam cheios, e o bombeamento, prospecção, distribuição eram automatizados. Em efeito cascata, não se podia baixar o nível dos tanques e os navios petroleiros haviam parado de carregar; não se podia refinar gasolina e também não havia onde estocá-la. Tudo parou. Mas mal sabiam os articuladores do *paro* que por pouco tempo.

5 - Mais resistência operária e popular

O país estava parado, não havia como movimentar externamente a produção de petróleo, tampouco internamente se podia transportar mercadorias, pois nos postos de abastecimento não havia combustível. A produção industrial também

parou; supermercados, estabelecimentos comerciais em geral; os bancos alegavam incapacidade técnica para o funcionamento; paulatinamente, ia-se decretando adesão ao *lockout*. Faltava de tudo no país, produtos alimentícios, gás de cozinha etc.

Nesse quadro, a população pobre, parte organizada nos *Círculos Bolivarianos* – agrupamento de pessoas que se auto identificavam com o chavismo –, organizou intuitivamente uma resistência: primeiro, mantendo a calma, evitando os saques ou medidas individuais; fazendo sacrifícios, andando a pé, organizando comida coletiva para suprimir a falta de gás – pessoas chegaram a retirar as portas de madeira de suas casas e até memos utilizar suas camas como lenha –; assumindo o controle de alguns estoques; ou seja, procurando de todos os modos encontrar uma solução. Nesse conjunto de ações, a unificação com o setor operário foi a que surtiu maior efeito.

5.1 CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO

Concomitante aos setores populares, setores operários procuravam uma solução para que o país voltasse a funcionar. Foi em Puerto La Cruz, especificamente, na refinaria dessa cidade, que um grupo de trabalhadores petroleiros organizados em uma corrente sindical chamada *La Jornada* deu início ao maior protagonismo da classe operária deste início de século XXI. Estes petroleiros, com apoio de *experts* populares, conseguiram modificar a programação eletrônica e controlar a tecnologia, façanha que foi chave para a vitória do movimento. Concomitante a isso, em meio à disputa medonha com a gerência da empresa, conseguiram desalojar os golpistas da empresa com o apoio desses setores populares organizados a partir dos *Círculos Bolivarianos* e também de um setor militar. Assim, conseguiram resguardar os limites da refinaria e do terminal de abastecimento de Guaraguao.

Com essa ação, ganhou-se a consciência de outra parcela significativa dos trabalhadores que haviam parado por medo de demissões ou mesmo de confrontos com os *Círculos Bolivarianos* – os quais a burguesia, por meio da mídia, tachou de vândalos e criminosos. Com a adesão desse numeroso setor, acumulou-se forças para reiniciar a produção e distribuição de combustível. É então que estes petroleiros, apoiados por populares, em suas assembleias, vão discutindo os problemas que existiam para voltar à produção e as respectivas medidas para saná-los; elege-se, entre os próprios trabalhadores, aquele mais qualificado para cada área para substituir os engenheiros e outros chefes que haviam debandado.

Formaram-se diversos mecanismos de controle operário da produção na refinaria de Puerto La Cruz. Um deles foi chamado de *Equipos de Coordinación Operacional* – ECOS.

A refinaria, sob o controle dos trabalhadores, conseguiu embarcar petróleo *in natura*, refinar o produto, produzindo gasolina e diesel e, principalmente, levantar o sistema de carregamento das carretas e realizar a distribuição no país.

Outros mecanismos mais abrangentes se desenvolveram, como os Comitês Guia, junção de diversos setores que estavam desenvolvendo o controle operário. Esses Comitês eram responsáveis pela comunicação com outros movimentos que davam sustentação ao movimento maior, faziam chegar mercadorias necessárias à produção e à própria população. Isso foi fundamental, tendo em vista que a organização foi ganhando vida na prática, e os movimentos foram construindo um objetivo comum e uma unidade de ação. Com isso, a refinaria de Puerto La Cruz passa a abastecer, além de Anzoátegui, mais 5 estados: Sucre, Guárico, Monagas, Bolívar e Nueva Esparta. Além desses estados, os petroleiros fizeram chegar combustível no Forte Tiuna, importante quartel militar em Caracas, o que era estratégico, pois, naquele momento, esses militares estavam também contra o *lockout*. Essa produção abasteceu ainda, em certa medida, a capital. Tal ação neutralizou os golpistas, que aguardavam o caos e a revolta popular para iniciar o golpe armado.

Criou-se também instrumentos na Ciudad de Guayana, principal região siderúrgica do país; lá, os trabalhadores ocuparam as plantas e mantiveram a produção por meio de uma luta heroica para garantir o abastecimento de gás que vinha do estado de Anzoátegui para os fornos de fundição. Os trabalhadores do complexo gasífero da cidade de Anaco, sob a ordem dos gerentes golpistas, cortaram o gasoduto fornecido desde Anzoátegui. No entanto, os operários da siderurgia de Guayana se armaram e foram em enorme comissão até a cidade de Anaco; após intensas negociações com os trabalhadores do complexo gasífero os gerentes e o prefeito da cidade garantiram o envio do gás.

O controle operário e também popular se desenvolvia por diversos setores; populares organizados em comitês também passaram a ocupar empresas e a controlar os estoques, fazendo a distribuição dos gêneros à população. No mar, os navios petroleiros venezuelanos nos quais seus comandantes se recusavam a transportar o produto eram assumidos pelos tripulantes das embarcações. Dessa vez, a força operária e popular venezuelana deixou o maior ensinamento dos tempos contemporâneos para a classe trabalhadora mundial: os trabalhadores não nasceram para executar ordens, eles têm plena capacidade de controlar a produção!

6 - O desmonte do controle operário

Desde 2001 até março de 2003, todos os movimentos golpistas de oposição a Chávez são derrotados pelas ações das massas – a última delas e de maior representatividade foi o contra-ataque ao *paro* petrolero na PDVSA. As massas haviam qualificado muito a forma de organização com a prática; o controle operário e popular continuava na refinaria de Puerto La Cruz sem que a gerência oficial pudesse reassumir a direção.

É aí que Chávez entra em cena para desmontar o controle operário, afinal, era-lhe conveniente o apoio das massas, mas sob o controle dele e não de organismos de luta independentes da própria classe. Diante desse impasse, em primeiro momento, para cooptar as lideranças, ele condecora as principais direções dos petroleiros da refinaria com medalhas de honra em um grande evento, oferece cargos de alto escalão em Caracas. Isso não surte o efeito esperado imediato; inicia-se, paralelo à política de cooptação, um processo de repressão para que entreguem a refinaria ao controle da diretoria escolhida desde Caracas. Com isso, em cerca de um ano, o controle operário, pelo aliciamento ou violência, sem apoio popular, é extinto definitivamente da refinaria.²

Nesse contexto, Chávez não deixa dúvidas de que o movimento bolivariano só tem a libertação da classe trabalhadora como retórica oportunista para canalizar as demandas sociais já postas. O movimento defendia a moralização do país contra a corrupção, benefícios sociais aos mais pobres, mas desde que todos os meios de produção continuassem nas mãos da burguesia. Isso não poderia ser diferente, uma vez que o movimento bolivariano surge nos quartéis, em meados dos anos de 1970, tendo na baixa e mediana oficialidade seus principais quadros; tem sua origem na pequena burguesia e classe média. Assim, era umbilicalmente comprometido com seus pares; logo, jamais poderia ser socialista.

O debate sobre a Venezuela é massivamente construído em termos maniqueístas, em que: de um lado, tem-se o mal representado pelo imperialismo, a saber Estados Unidos e aliados; do outro, o bem é encarnado pelo movimento bolivariano de Chávez, grande herói contemporâneo da pilhada América Latina. Essa é a convicção de grande parte da esquerda mundial. Em outra perspectiva, essa relação se inverte: Trump e companhia são os redentores do povo venezuelano, exportando democracia

2 Chávez, em rede nacional, por meio do “Alô, Presidente”, incita a população contra os trabalhadores petroleiros da refinaria de Puerto La Cruz que ainda aderiam ao movimento de controle operário, culpando-os pelos prejuízos econômicos; de heróis, passaram a rebeldes, malfetores da sociedade.

e civilização, enquanto o “socialismo” chavista é sinônimo de atraso e barbárie. Isso é reproduzido midiaticamente, em todo o globo, e tem impactante adesão social.

No entanto, como se demonstrou aqui, a história, revisitada pelo materialismo histórico, desfaz essas ideologias: nem EUA – atualmente representado por Guaidó – é a tábua de salvação, nem o movimento bolivariano – herdado por Maduro – é socialista. A chave para se compreender essa ambiguidade começa com o *Caracazo*, em 1989. Esse evento, mais que marco da ruptura de uma antiga era na Venezuela, foi referência para os acontecimentos que levaram à situação revolucionária de 2002, marco da contemporaneidade daquele país. Embora a grandiosa ascensão das massas nesse processo, não houve organismo de classe independente; ao contrário, a rebeldia foi canalizada pela burocracia. Ademais, é neste íterim que com um pouco de sorte, grande astúcia, oportunismo e determinação Chávez consolida sua hegemonia política, sendo identificado como “o novo” pelo movimento popular que sacudia a Venezuela.

De fato, a burguesia tradicional, como já visto, opôs-se radicalmente à eleição de Chávez desde 1998 e por três vezes recorreu a golpes de Estado, todos derrotados pelo aguerrido movimento de populares e trabalhadores. Essa resistência a Chávez é ponto central para compreender a ascensão dele, que soube tirar proveito da oportunidade histórica. Isso porque o movimento dos trabalhadores, que já se organizava contra a reestruturação neoliberal da PDVSA, promovida pelo bolivariano, foi direcionado para o contra-ataque aos golpes. Ocorre que essa atuação que deveria ser momentânea, devido às direções burocratizadas, passou a ser o horizonte de luta dos movimentos sociais e operários e até hoje põe a perder as lutas.

Nesse sentido, a ira da burguesia tradicional tinha como base a disputa pelo poder interclasse, interburguesa, somada à instabilidade do retorno dos coronéis. Ademais, Chávez sequer planejou a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora, planificação da economia, estatização do comércio exterior, estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores e democracia operária, pilares da transição socialista; ao contrário, sabotou desde dentro o controle operário da produção na refinaria de Puerto La Cruz, reprimiu violentamente os movimentos, implementou política de reestruturação neoliberal e ainda foi complacente com os golpistas.

Dito isso, conclui-se que não se encontra personalidade tão nefasta para a classe trabalhadora e os setores populares venezuelanos quanto Hugo Chávez e o seu herdeiro do movimento bolivariano Nicolás Maduro. Essas figuras, arrotando a revolução socialista, realizaram, por mais de uma vez, a contrarrevolução mais artilosa da América deste século XXI. Como se viu, existe um abismo entre o

discurso socialista e a realidade de práticas neoliberais. Isso, de um lado, dá força ao retorno da direita tradicional, como é o caso do golpista Guaidó; por outro, confunde a esquerda e os movimentos com disposição de luta bem-intencionados e desmoraliza as massas.

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA, T. P. *Juan Vicente Gómez: aproximación a una biografía*. Barcelona: Morales i Torres Editores, S. L. 1ª Edición Española y 10ª Edición Venezolana, 2004.

COLMENAREZ, E *La insurrección de febrero*. Caracas: Ediciones la Chispa, 1989.

DAMASCENO, F. S. *A face oculta da Venezuela: do controle operário da produção à hegemonia de Chávez*. SP: ILAESE, 2015.

GOMES, A; ITURBE, A; WELL, J; NETO, C. Dossiê Venezuela. *Marxismo Vivo*. Revista de política e Teoria Internacional. SP: Instituto José Luís e Rosa Sundermann. n.10, 2004. pp. 57-93.

HERNÁNDEZ, P. *El verdadero golpe de PDVSA*. Maracaibo/Venezuela: Imprenta Internacional, julio de 2006.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. IN: Texto 3 edições sociais. SP: Alfa-ômega, s/d. pp.199-285.

MATTEI, U; NADER, L. *Pilbagem: quando o Estado de Direito é ilegal*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MAYA, M. L. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Venezuela-Panamá: Alfadil Ediciones, 2005.

GEORGE, N. *As origens do materialismo*. SP: Sundermann, 2015.

PLEKHANOV, G. V. *O papel do indivíduo na história*. SP: Expressão popular, 2006.

ROSA, F. B. *O movimento operário na Venezuela do século XXI: dilemas da reorganização sob o governo Chávez*. SP: Sundermann, 2014.